

GESTÃO SOCIAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DO TRABALHO COLETIVO AUTOGESTIONÁRIO: ESPAÇO SOLIDÁRIO ECOLANCHES

SOCIAL MANAGEMENT AND THE UNIVERSITY EXTENSION IN THE PROMOTION OF SELF-MANAGEMENT COLLECTIVE WORK: ECOLANCHES SOLIDARY SPACE

Heverton Felinto Pedrosa de Mélo¹

Marucelle de Alcântara Bonifácio²

Juliana Morais da Silva Souza³

RESUMO

Dentre as práticas econômicas alternativas na América Latina, o presente estudo tem por objetivo identificar, por meio da gestão social e da parceria com a extensão universitária, uma experiência prática de trabalho coletivo autogestionário no território local. Também se propõe a discutir como a sociedade civil da Comunidade São Rafael, situada em João Pessoa-PB, tem se articulado em conjunto com a extensão universitária para geração de emprego e renda na comunidade local. Em relação aos aspectos metodológicos, ele se classifica como uma pesquisa documental e de campo, de caráter exploratório, e sua consecução se realizou por meio de levantamento bibliográfico. Os resultados revelaram o papel profundo e assente da extensão universitária no fortalecimento do trabalho coletivo popular autogestionário e na construção da compreensão técnica, jurídica e formativa em autogestão.

Palavras-chave: autogestão, economia solidária, extensão universitária, comunidade local.

ABSTRACT

Among the alternative economic practices in Latin America, the present study aims to identify, through social management and the partnership with the university extension, a practical experience of self-managed collective work in the local territory. It also proposes to discuss how the civil society of the São Rafael Community, located in João Pessoa-PB, has been articulated together with the university extension to generate employment and income in the local community. In relation to methodological aspects, it is classified as a documentary and field research, of an exploratory nature, and its achievement was accomplished through bibliographic survey. The results revealed the deep and grounded role of university extension in strengthening popular self-managed collective work and in building technical, legal and formative understanding in self-management.

Keywords: self-management, solidarity economy, university extension, local community.

¹ Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* hevertonmelo.adv@gmail.com.

² Mestra em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* marucelle.alcantara@hotmail.com.

³ Mestra em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* juliana.mss@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em meio ao contexto de desigualdade social, o elevado índice de desemprego, desigualdade territoriais, a aceleração do crescimento das grandes cidades, como também as crises políticas e econômicas, ainda vivenciadas no Brasil (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015), são desenvolvidas alternativas que minimizam os problemas enfrentados pela sociedade brasileira.

Nesse sentido, a perspectiva de gestão social permite elucidar novas formas de solução dos problemas relacionados a essas questões. Segundo *França Filho* (2008), no modo de gestão a própria sociedade pode gerir as demandas e necessidades inerentes ao âmbito social, por meio de variadas formas e mecanismos de auto-organização.

Um das possibilidades identificadas para o atendimento das necessidades sociais é a adoção de práticas alternativas econômicas. No Brasil, experiências de autogestão atreladas à gestão coletiva e à cooperação no trabalho se apresentam frente aos limites colocados pelo desemprego e pela precarização das atividades laborativas (SCHIOCHET, 2012).

Diante disso, é observado, dentre as práticas alternativas econômicas, que a Economia Solidária se desenvolve no ato cooperativo e associativo, por meio da transformação da autogestão em força produtiva e econômica (SCHIOCHET, 2012).

Assim, com a existência das práticas alternativas econômicas, o presente estudo tem como objetivo *identificar*, com base na gestão social e na parceria da extensão universitária, *uma experiência prática de trabalho coletivo* autogestionário no território local.

Caracterizado como um estudo de caráter exploratório, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e de campo, a presente pesquisa configura-se na verificação e compreensão da prática da gestão social e autogestionária em conjunto com a extensão universitária, ou seja, busca entender *como a sociedade civil* da Comunidade São Rafael, situada em João Pessoa-PB e adepta à autogestão, *tem se articulado* em conjunto com a extensão universitária para geração de emprego e renda na comunidade local.

Estruturado em 05 (cinco) partes, o estudo compreende a presente introdução, que corresponde à primeira seção, e mais quatro seções desenvolvidas de maneira lógica e sequencial, demonstrando a evolução da política pública de economia solidária na Paraíba. A segunda seção traz uma breve contextualização conceitual sobre a gestão social. Já na terceira são apresentados os conceitos de Economia Solidária e os Empreendimentos Solidários. Na quarta seção é retratado o Espaço Solidário Ecolanches, juntamente ao papel da extensão universitária para sua consecução, e, por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais.

2. A GESTÃO SOCIAL COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O termo *gestão social* é usado no campo da gestão de políticas públicas e também por outros atores, como organizações não governamentais, na sociedade civil (WANDERLEY, 2013). *Schommer e França Filho* (2008) sugerem que, mais do que pelo Estado, nesse tipo de gestão as necessidades e demandas do social podem e devem ser desempenhadas pela sociedade.

Conforme *França Filho* (2008), para se compreender a gestão social devem ser considerados, inicialmente, dois níveis: o societário e o organizacional. O primeiro tem abrangência macro, que relaciona a gestão social a uma problemática de sociedade; o segundo

tem um enfoque voltado para a ação organizacional, relativo a uma modalidade de gestão (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2008).

Para abordar a gestão social quanto à forma de gestão organizacional é interessante diferenciá-la da gestão privada e da gestão pública. Na primeira, também denominada estratégica, as organizações atuam no ambiente de mercado e os meios são direcionados para aquisição ou objetivo dos fins econômicos, na relação de custo-benefício (FRANÇA FILHO, 2008). Na segunda, a forma de gestão é desenvolvida nas diversas instâncias das instituições públicas do Estado; esse modelo é orientado para o bem-estar coletivo (PIMENTEL; PIMENTEL, 2010).

A gestão social é compreendida por Tenório (2008, p. 54, *apud* PIMENTEL e PIMENTEL, 2010, p. 4), como o “processo gerencial decisório deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico”. Nesse processo se relaciona a gestão social à concepção de cidadania deliberativa. Segundo Tenório (1998), o indivíduo deve participar do procedimento democrático para que haja efetiva participação dos cidadãos na tomada de decisões nas diversas instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis.

No que se refere à relação trabalho-capital na gestão social, Tenório (1998) esclarece que a cidadania deliberativa acontece quando o trabalhador, ao ter conhecimento (consciência de seu papel como sujeito social) do conteúdo social em suas ações no trabalho, também participa do processo de tomada de decisão da organização.

Diante do exposto, de acordo com Oliveira, Cançado e Pereira (2010), baseados no conceito de Tenório, é possível identificar algumas características pertencentes à gestão social, quais sejam: i) a tomada de decisão coletiva, no qual todos têm a liberdade de manifestar o que pensam, livres de coerção; ii) a transparência no processo decisório, ou seja, a linguagem e a comunicação entre as pessoas e as informações devem estar disponíveis a todos, bem como deve haver assimetria das informações; iii) a emancipação, baseada na cidadania deliberativa, que compreende o próprio resultado da gestão social, ou seja, a participação efetiva dos cidadãos processo de tomada de decisão.

Já para França Filho (2008, p. 32), a gestão social corresponde:

Ao modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entrem, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal. As organizações atuando neste âmbito, que são sobretudo associações, não perseguem objetivos econômicos. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, que podem definir-se também em termos culturais (de promoção, resgate ou afirmação identitária etc.), políticos (no plano de uma luta por direitos etc.) ou ecológicos (em termos de preservação e educação ambiental etc.), a depender do campo de atuação da organização.

Do ponto de vista da gestão social, o econômico não se resume ao mercado e o político não se resume ao governamental. Diante disso, não se exclui e não se substitui o papel do Estado na gestão de serviços públicos para a sociedade civil. Retrata-se que o político não é apenas atribuição reservada do Estado como instituição e que por meio das diversas formas do fenômeno associativo há uma dinâmica política de auto-organização social (FRANÇA FILHO, 2008). Na dimensão econômica, a gestão social não se limita aos recursos financeiros, mas incorpora a esse modelo diversas práticas de reciprocidade e solidariedade representadas pelo

trabalho coletivo e voluntário, não o reduzindo ao mercadológico (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2008).

Partindo da dimensão econômica na perspectiva de gestão social, no Brasil foram desenvolvidas práticas alternativas econômicas em prol da solução de problemas enfrentados nos territórios (FRANÇA FILHO, 2007). Dentre essas práticas alternativas está a abordagem da Economia Solidária. Segundo Cançado (2008), ela é caracterizada como uma prática alternativa aos setores populares, uma saída para sobreviver ao neoliberalismo, por meio da organização associativa dos trabalhadores.

Na Economia Solidária há diversidade de atividades solidárias, organizadas coletivamente por trabalhadores que se articulam e praticam a autogestão (SCHIOCHET, 2012). Uma dessas atividades é constituída pelos empreendimentos solidários, que podem apresentar diversas formatações, como as associações, as cooperativas populares, os arranjos produtivos locais, entre outros (CANÇADO, 2008).

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS ORGANIZAÇÕES DEMOCRÁTICAS DE TRABALHO

A Economia Solidária consiste na prática de ações socioeconômicas, por meio de associações, cooperativas ou grupos informais, que buscam uma nova lógica de produção justa e sustentável. Seus adeptos valoram a democracia, a igualdade, a cooperação e têm o intuito de garantir o bem-estar de toda a população. Suas características são diversas às do capitalismo, permitindo que haja “o compartilhamento de dificuldades com o coletivo local, gerando uma nova cultura pautada no trabalho coletivo, autogestionário e emancipatório” (FBES, 2012, p. 5).

Os empreendimentos econômicos solidários, nomenclatura dada aos grupos que integram o movimento solidário, formam verdadeiras organizações democráticas de trabalho que podem atuar nos mais diversos setores da economia, tais como a prestação de serviços, as linhas de produção e a comercialização de crédito. Entretanto, todos devem estar pautados nos seguintes princípios, conforme defende o Fórum Brasileiro de Economia Solidária: a) cooperação (objetivos e interesses em comum); b) autogestão (todos os membros participam dos processos de trabalho e das decisões); c) dimensão econômica (prática econômica, seja de comercialização, seja de consumo, crédito etc.); e d) solidariedade (resultados distribuídos de forma justa, prezando pela sustentabilidade e pelo bem-estar). Conforme o artigo 2.º da Lei Estadual n.º 11.499/19, do Estado da Paraíba:

Considera-se compatível com os princípios da Economia Solidária as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes (PARAÍBA, 2019, n.p.).

Para definição do público-alvo da política pública da economia solidária, este estudo se baseou na Lei n.º 11.499/19 (Lei Estadual da Paraíba de Economia Solidária) e no Projeto de Lei Federal n.º 6.606/2019 (antiga PL n.º 4.685/2012), que propõe a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, tendo como resultado as características apresentadas no Quadro 1.

QUADRO 1 – PÚBLICO-ALVO DAS POLÍTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

| Característica | Diretriz Nacional Artigos 4, 7 e 8 do PL n.º 6.606/2019 | Diretriz Paraibana Artigos 3, 4 e 5 da Lei n.º 11.499/19 |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Beneficiários da política | Empreendimentos econômicos solidários, que são organizações autogestionárias cujos membros exercem coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha de seus resultados, por meio da administração transparente e democrática, da soberania assemblear e da singularidade de voto dos associados. | Empreendimentos econômicos solidários, que são organizações autogestionárias cujos participantes exercem coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha de seus resultados por meio da administração transparente, democrática e soberana e pela singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser seu estatuto ou regimento interno. |
| Condição dos membros | Devem estar envolvidos na consecução de seu objetivo social. | Devem estar diretamente associados ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social. |
| Atividades consideradas | Exercer o comércio de bens ou a prestação de serviços de forma justa e solidária. | Devem exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência. |
| Divisão dos resultados | Devem distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus membros, considerada a proporcionalidade das operações e atividades econômicas realizadas individual e coletivamente. | Devem distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo. |
| Natureza jurídica | Os empreendimentos econômicos solidários formalizados juridicamente serão classificados como pessoas jurídicas de direito privado, de fins econômicos e sem finalidade lucrativa. Seu reconhecimento independe da forma societária, mas sendo cooperativas, eles se submeterão ao disposto na legislação dessa categoria. | Os empreendimentos da economia solidária paraibana se caracterizam como pessoas jurídicas de direito privado, investidas, na maioria, na figura de associações ou cooperativas, ambas sem finalidade lucrativa. |
| Eixos de ações | Formação, assistência técnica e qualificação social e profissional; acesso a serviços de finanças e de crédito; fomento à comercialização, ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável; fomento aos empreendimentos solidários e às redes de cooperação; fomento à recuperação de empresas por trabalhadores da autogestão; apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e apropriação adequada de tecnologias. | Acesso a conhecimentos: educação, formação e assessoramento; financiamento: crédito e finanças solidárias; constituição de redes de empreendimentos solidários para produção e comercialização; produção, comercialização e consumo; ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas. |
| Princípios norteadores | Não discriminação e promoção da igualdade de oportunidades; geração de trabalho e renda; articulação e integração de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional; coordenação de ações dos órgãos; estímulo à economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável; participação social na formulação, execução e controle das políticas e dos planos de economia solidária em todas as esferas de governo; transparência na execução de programas e ações. | Administração democrática e soberania; garantia da adesão livre e voluntária; estabelecimento de condições de trabalho decentes; estratégia de desenvolvimento sustentável; atividades de cooperação entre empreendimentos e cidadania; busca da inserção comunitária; prática de preços justos; respeito às diferenças e promoção da equidade de direitos de gênero, geração, raça, etnia e orientação sexual; transparência na gestão dos recursos e resultados; estímulo à participação efetiva dos associados. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que o público-alvo abrangido e as condições exigidas pela política pública de economia solidária nos contextos nacional e local estão intimamente ligados. Ambos investem em ações e programas solidários, visando ao fortalecimento da integração socioeconômica dos grupos beneficiados, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade social. Vale ressaltar que a política estadual atende, inclusive, os empreendimentos solidários informais, desde que contemplem as características básicas exigidas.

Ademais, para fins de atingir o objetivo da pesquisa em tela, se faz necessário destacar os atores que compõem o movimento solidário. Dentre eles, estão as representações de governo, que englobam todos os gestores públicos nas esferas federal, estadual e municipal; as entidades de apoio e fomento, das quais se destacam as organizações não governamentais e as incubadoras universitárias; os movimentos sociais e demais organizações; os próprios empreendimentos econômicos solidários, que são organizações coletivas e suprafamiliares com trabalhadores (urbanos ou rurais) que exercem gestão democrática de trabalho.

Já em relação às diretrizes gerais e aos objetivos que norteiam a política pública e o movimento econômico solidário, também foram consideradas as informações constantes na Lei n.º 11.499/19 (Lei Estadual da Paraíba de Economia Solidária) e no Projeto de Lei Federal n.º 6.606/2019 (antiga PL n.º 4.685/2012), sendo possível obter os direcionamentos apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 – DIRETRIZES GERAIS E OBJETIVOS DO MOVIMENTO SOLIDÁRIO

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos o direito a uma vida digna; |
| Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da Economia Solidária; |
| Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da Economia Solidária, além do associativismo e do cooperativismo; |
| Contribuir para a geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça social; |
| Contribuir para a equidade e propiciar condições concretas de participação social; |
| Promover o acesso da Economia Solidária a instrumentos de fomento, a meios de produção, a mercados e ao conhecimento e às tecnologias sociais necessários ao seu desenvolvimento; |
| Promover a integração, a interação e a intersetorialidade das políticas públicas que possam fomentar a Economia Solidária; |
| Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, de modo a impulsionar práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo e solidário; |
| Contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas de desenvolvimento territorial sustentável; |
| Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis; |
| Contribuir para a promoção do trabalho decente nos empreendimentos econômicos solidários; |
| Fomentar a articulação em redes entre os grupos de Economia Solidária. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Singer (2002), a Economia Solidária é uma luta contínua contra a propensão à degeneração. Em complemento, Gaiger *et al.* (1999) entendem a Economia Solidária como as iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação, que comportam diferentes formas de organização. Em ambas as citações, os autores destacam o caráter de construção e fortalecimento das práticas econômicas que a Economia Solidária percorre, em sentido diverso do capitalismo. Logo, torna-se imprescindível a atuação dos atores da Economia Solidária nas lutas pelo alcance da justiça social e, acima de tudo, pela defesa da continuidade dessas políticas públicas, para que não haja retrocessos ou fragmentações nem redução da força das políticas públicas integradas existentes.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo visa descrever a prática da gestão social e autogestionária de um empreendimento econômico solidário existente na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, que será detalhado na próxima seção. O referido empreendimento será pensado conforme o conceito de experiência pública, integrando um fluxo de ações e intenções, ativado pela multiatoriedade – nesse sentido, além de ser um objeto de política pública, torna-se também um fluxo de políticas públicas, capaz de potencializar e transformar a vida de seus integrantes. Por isso, é preciso entender, previamente, as interações socioestatais existentes e que envolvem os empreendimentos solidários, principalmente no objeto desta pesquisa, bem como a forma pela qual estão sendo percebidos e resolvidos os problemas públicos. Isso porque, a depender da forma como essa política de Economia Solidária é interpretada, podem surgir ações contrárias à resolução do problema público do público-alvo. Segundo Carneiro e Diniz (2014, p. 4):

As diferenças em termos de entendimento das políticas de economia solidária podem levar ações desenvolvidas pelo poder público em direção oposta à demanda e necessidades dos grupos e trabalhadores envolvidos com estas experiências econômicas. Neste caso, não se deve apenas promover ações que se intitulam ser de economia solidária ou voltadas para coletivos produtivos autogestionários, mas deve-se também reconhecer suas demandas específicas e suas reivindicações de reconhecimento da economia solidária como um direito – o direito do trabalho associado – e por consequência, de adoção de ações próprias para este campo.

Essa discussão merece guarida, pois como defendem Carneiro e Diniz (2014), a inclusão da Economia Solidária na agenda política não indica necessariamente a execução de ações alternativas e emancipatórias ou assistenciais e funcionais ao mercado, mas que essas ações e entendimentos estarão dependentes dos atores envolvidos nessa construção. Dessa forma, este estudo retrata a mudança de realidade vivida pelos integrantes do empreendimento solidário analisado (objeto da pesquisa), ratificando que os atores têm papel fundamental no fortalecimento do movimento solidário, sobretudo quando derivam de uma gestão social.

Assim, a prática da Economia Solidária será situada neste estudo diante do próprio estabelecimento econômico solidário escolhido e dos atores que formam essa organização, revelando quem são as pessoas que participam da gestão, a ocorrência de espaços participativos e de deliberação, dialogando com os contextos político-institucional e sociopolítico existentes. Vale destacar, inclusive, que a efetividade do movimento solidário está condicionada ao ambiente sociopolítico, já que necessita de uma base política e social de apoio em torno de objetivos comuns, por meio de coalizões entre atores estratégicos, visando ao fortalecimento de seus princípios (GOMIDE; MACHADO; PEREIRA, 2018).

Aliado a isso, Lotta e Vaz (2015) defendem que os novos arranjos institucionais, no qual se incluem a formalização de parcerias, propõem espaços e instâncias próprias de diálogo que influenciam diretamente as fases de agenda e formulação das políticas públicas de Economia

Solidária. Essas instâncias, inclusive, devem envolver diferentes atores e organizações, visando obter o resultado almejado. E foi justamente o que ocorreu na experiência trazida por esta pesquisa, na qual houve a construção de um empreendimento econômico solidário por meio de um trabalho coletivo entre uma associação de moradores da Comunidade São Rafael, situada em João Pessoa-PB, e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio de seus projetos de extensão e de sua incubadora universitária.

Pretende-se, com isso, demonstrar que a Economia Solidária acontece e se fortalece nesse espaço oriundo de uma parceria entre a sociedade civil e a universidade e que vem beneficiando uma parte da população, principalmente no que toca à integração intersetorial na criação de projetos e programas solidários, além da geração de emprego e do combate à pobreza. Essa prática nos faz refletir profundamente sobre a força da Economia Solidária, que deve ser vista como uma alternativa de renda e estratégia dos trabalhadores para manter sua subsistência.

4. O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO FORTALECIMENTO DO TRABALHO COLETIVO POPULAR AUTOGESTIONÁRIO: A ECOLANCHES

Singer (2000) enfatiza que iniciativas formadas por meio de universidades, sindicatos etc. deverão estabelecer uma ampla Economia Solidária brasileira. Para Deslandes e Arantes, (2017, p. 179) “a extensão universitária é considerada um dos pilares do ensino superior no Brasil, que fomenta não somente a formação profissional e humanística, mas também a transformação social”.

Nesse sentido, é no campo da extensão universitária que o Espaço Solidário Ecolanches (doravante Ecolanches) tem gênese, para geração de emprego e renda na comunidade local, articulado às ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES)⁴ no enfrentamento de questões ou problemas relacionados ao cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários (UFPB, 2017).

Após um longo processo de autorizações iniciado em 2013, a Ecolanches teve sua inauguração em agosto de 2015. Para tanto, no projeto de extensão da Ecolanches a INCUBES se dedicou (e se dedica) à formação profissional e cidadã de moradoras da Comunidade São Rafael que geram renda com a produção de refeições e lanches saudáveis utilizando ingredientes naturais e orgânicos, prezando pela harmonia com a natureza, em função da qualidade de vida e da coletividade (MÉLO *et al.*, 2020; BRASIL, 2007). Sousa, Andrade e Sousa (2019, p. 16) destacam que “essa cultura ecológica pode servir de veículo para a instalação de uma cultura crítica, aquela engajada ativamente na questão de como os seres humanos devem viver e qual o significado de nossas vidas”.

Gaiger (2004) postula que essas modalidades de empreendimentos econômicos solidários são originadas da livre associação dos trabalhadores. Com IDCADSOL 119218, atualmente a Ecolanches é formada por 11 (onze) mulheres que, em atendimento aos princípios da Economia Solidária e da Segurança Nutricional, comercializam toda a produção no espaço localizado na Central de Aulas do Campus I da UFPB (MÉLO *et al.*, 2020).

⁴ A INCUBES compõe o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB (MÉLO *et al.*, 2020).

Todo lucro obtido com a produção e comercialização do cardápio saudável e diversificado (cafés, almoços, jantares, bolos, salgados integrais, sucos naturais etc., ilustrados nas Figuras 1 e 2) é distribuído igualmente entre as trabalhadoras integrantes. Cabe salientar que certa quantia é reservada para as despesas ordinárias do espaço, como investimentos, aquisição dos ingredientes orgânicos, consumo de água e energia elétrica, e para os períodos em que a Ecolanches tem baixo movimento, como o período de férias da UFPB (MÉLO *et al.*, 2020).

FIGURA 1 – JANTAR SAUDÁVEL



Fonte: Ecolanches, 2018.

FIGURA 2 – LASANHA DE BERINJELA



Fonte: Ecolanches, 2018.

De acordo com Sousa, Andrade e Sousa (2019), os empreendimentos econômicos solidários podem dispor economicamente de ativos ambientais locais, laborar para a conservação ambiental e/ou desenvolver práticas econômicas sustentáveis e naturais, como é o caso da

Ecolanches. Esse tipo de empreendimento traz consigo reflexões significativas sobre a relação entre meio ambiente e sociedade (SOUSA; ANDRADE; SOUSA, 2019).

Além dos princípios da Economia Solidária, do estímulo à prática da alimentação saudável e consciente a toda comunidade universitária – pela oferta de produtos orgânicos/ ecológicos/naturais – e da contribuição para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades da Comunidade São Rafael, a Ecolanches atua na valorização do trabalho coletivo autogestionário (UFPB, 2017; GAIGER, 2004). A Figura 3 representa as trabalhadoras da Ecolanches.

**FIGURA 3 – MORADORAS DA COMUNIDADE SÃO RAFAEL
TRABALHADORAS DA ECOLANCHES**



Fonte: Ecolanches, 2018.

Como uma prática alternativa, no cotidiano da Ecolanches as moradoras da Comunidade São Rafael assumem o desafio de se articular e praticar a autogestão do estabelecimento, aperfeiçoar tarefas operacionais e práticas gerenciais (tomada de decisão, solução de conflitos e comunicação) e planejar coletivamente as estratégias de trabalho (MÉLO *et al.*, 2020).

Ratifica-se, ainda mais, o pensamento de Pita (2016) quando destaca que a organização de coletivos de trabalhadores, com o intuito de atuar de forma autogestionária, é um traço peculiar de tais arranjos econômicos alternativos, tendo como valores centrais a solidariedade (oposto ao individualismo) e a ressignificação do trabalho como mola propulsora de experiência emancipadora e comunitária. Em conformidade com Pita (2016), Singer (2000) também destaca a questão da autogestão como traço definitivo na caracterização desses empreendimentos.

A relação criada entre as experiências de Economia Solidária e o desenvolvimento econômico local constitui uma nova lente política e pública. Ou seja, pode-se interpretá-la como uma atuação no espaço público que considera os impactos da organização na realidade local, atribuindo à Economia Solidária uma dimensão política fundamental (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; LAVILLE, 2006). Conforme Deslandes e Arantes (2017, p. 179), “as atividades de extensão têm caráter de suma importância para o acadêmico provendo sua inserção na

realidade cotidiana, política, social e econômica brasileira, e a participação direta na vivência com a comunidade em que este está inserido, ensejando um ciclo de transformação social”.

No caso da Ecolanches, a extensão universitária visa adotar metodologias participativas que favoreçam o empoderamento das moradoras da Comunidade São Rafael, de maneira especial, em seu caráter coletivo e autogestionário. Com o apoio da INCUBES, além de participarem de todo o processo de incubação, as moradoras da comunidade em tela são estimuladas à construção do conhecimento, sobretudo, coletivo (UFPB, 2017).

Conforme a Figura 4, exposta na sequência, ocorrem reuniões entre as trabalhadoras da Ecolanches e a equipe da INCUBES, geralmente com periodicidade semanal, que versam sobre as etapas e os meios de produção, o plano de trabalho, o planejamento estratégico, a prestação de contas, a participação em feiras, simpósios e demais eventos e a identificação de necessidades existentes (MÉLO *et al.*, 2020).

FIGURA 4 – REUNIÃO SEMANAL COM A INCUBES



Fonte: UFPB, 2017.

As ações, formações e o assessoramento técnico da INCUBES são conduzidos por professores, alunos e técnicos, propondo-se à emancipação econômica, social, política e cultural das moradoras envolvidas na extensão (UFPB, 2017; MÉLO *et al.*, 2020). As trabalhadoras recebem orientação sobre nutrição, economia, finanças, atendimento ao público, noções de Direito e produção e comercialização dos alimentos, enfocando a saúde do consumidor (SOUSA; ANDRADE; SOUSA, 2019). De acordo com Mélo *et al.*, 2020, p. 119-120):

A política da INCUBES, que propõe um olhar para o território em que os empreendimentos econômicos solidários estão introduzidos, ao considerar a perspectiva territorial que demanda a articulação com os órgãos públicos e instituições da sociedade civil, reflete apreensão e participação na busca de soluções aos desafios dos empreendimentos.

A Ecolanches ainda conta com uma equipe de assessoramento vinculada a projetos de extensão das áreas de Engenharia de Produção, Psicologia, Gestão Pública e Gastronomia (ECOLANCHES, 2018), o que fortalece sua atuação.

Com base na experiência da Ecolanches, infere-se que o espaço deve ser considerado como significativo na perspectiva do papel da extensão universitária e do fluxo de políticas

públicas, já que aborda não apenas a geração de renda, mas também o aspecto social e político na geração de trabalho coletivo e o atendimento aos princípios da Economia Solidária (MÉLO *et al.*, 2020).

É importante ressaltar, no que diz respeito ao aspecto social, que durante a pandemia as trabalhadoras da Ecolanches, assim como outros moradores da Comunidade São Rafael, muitas vezes com histórico de privações e desemprego, têm enfrentado dificuldades nas rendas familiares.

Sensibilizadas com esse contexto, e como forma de angariar recursos para a produção de refeições para elas e outros moradores da comunidade, as trabalhadoras lançaram a campanha “Sopão Solidário Ecolanches”. As Figuras 5 e 6 ilustram os materiais de divulgação da campanha, nos quais apresentam os canais de doação e informações aos interessados em contribuir.

FIGURA 5 – CARTAZ DA CAMPANHA SOPÃO SOLIDÁRIO ECOLANCHES



Fonte: Ecolanches, 2020.

FIGURA 6 – 1.ª AÇÃO DO SOPÃO SOLIDÁRIO ECOLANCHES



Fonte: Ecolanches, 2020.

Essa refeição é distribuída na comunidade, aproximadamente uma vez por semana, e tem sido um diferencial no período da pandemia ao atender aproximadamente 600 (seiscentas) pessoas (ECOLANCHES, 2020; PORTAL CORREIO, 2020), abrindo canais, instigando e permitindo a atuação direta dos cidadãos na solução dos problemas sociais.

Pelo observado, é possível considerar as trabalhadoras como sujeitos sociais e a Ecolanches como uma maior envoltura de atores sociais, por meio de uma ação de extensão que tem como papel fundamental o desenvolvimento econômico e social, de responsabilidade social. Sendo assim, o presente estudo evidencia a Ecolanches como um ator do fluxo de políticas públicas, e não apenas como um empreendimento que pratica a economia solidária. Além de ter a capacidade de transformar a vida de seus integrantes, o referido empreendimento beneficia toda a comunidade local e universitária.

A Ecolanches apresenta-se como um verdadeiro empreendimento solidário e autogestionário, que contempla uma multiplicidade de atores e apresenta imensa potencialidade em criar espaços produtivos, de geração de emprego e renda, fortalecendo o modo de viver sustentável e a emancipação comunitária.

A prática da autogestão na comunidade São Rafael, em João Pessoa, vem impulsionando ainda mais a geração de emprego e renda no território local, sobretudo pela prática da autogestão, por meio da qual os próprios integrantes participam da tomada de decisão, revelando sua auto-organização socioeconômica. Aliado a isso, também deve ser exaltado o papel da extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba e da incubadora de economia solidária (INCUBES/UFPB), que presta à Ecolanches todo o assessoramento técnico, jurídico e formativos em autogestão necessário.

Por fim, vale ressaltar que as mulheres integrantes da Ecolanches, que muitas vezes foram vítimas de violência doméstica, passaram a se reconhecer como cidadãs emancipadas socialmente, já que por meio desse empreendimento puderam conquistar um emprego, gerar renda para suas famílias, e, sobretudo, garantir a participação política de todos os seus membros nas decisões tomadas, sendo uma experiência prática positiva de trabalho coletivo, por meio da parceria entre a gestão social e a extensão universitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da gestão social e da parceira da extensão universitária, apresentamos neste trabalho uma identificação de experiência prática de trabalho coletivo autogestionário no território local. Dialogando com a literatura da Economia Solidária, em nossa análise vimos que a Ecolanches é constituída pela associação de moradoras da comunidade local, juntamente a uma incubadora universitária que lhe presta apoio, e atende aos princípios de cooperação e objetivos comuns, autogestão, dimensão econômica, solidariedade, sustentabilidade e bem-estar.

A Ecolanches é caracterizada como Empreendimento Social e é fruto do modo de gestão social, que não se limita à ideia de que o econômico se resume ao mercado, e que o político se resume ao governamental. Nessa prática econômica alternativa é observada a auto-organização socioeconômica, visualizada tanto na tomada de decisões coletiva como também na participação popular, refletidas na emancipação comunitária por meio da promoção do trabalho coletivo autogestionário na geração de emprego e renda no território local.

Além da resposta às demandas de sobrevivência, a Ecolanches constitui uma teia de articulação que integra conhecimentos e relações sociais solidárias, já que ao criar uma rede de colaboração solidária, incentiva as potencialidades e a cultura locais, o trabalho autogestionário,

a geração de renda e também a alimentação saudável. Para além disso, reforçamos que a comunidade permite à Ecolanches o compartilhamento de dificuldades com o coletivo local, gerando uma nova cultura pautada no trabalho coletivo, autogestionário e emancipatório.

Merece destaque o papel da extensão universitária e da assessoria da incubadora na construção da compreensão técnica, jurídica e formativa em autogestão. Os achados também corresponderam ao diagnóstico da gestão social. É possível observar as características de tomada de decisão coletiva e transparência no processo decisório, no qual todas as mulheres têm voz e voto, atendendo também ao princípio da autogestão e a emancipação. Quando falamos em emancipação social, vale ressaltar que o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários autogestionários potencializa a vida em termos de sobrevivência imediata e assegura a participação política de seus membros nas decisões.

Contudo, identificar experiências de trabalho coletivo autogestionário é um caminho promissor para entender o que fazem, suas fragilidades e desafios, bem como servir de inspiração para analisar outros empreendimentos na América Latina. Inclusive, pode-se impulsionar a continuidade da pesquisa com a análise comparativa de empreendimentos econômicos solidários ou realizar pesquisas que envolvam os empreendimentos econômicos solidários e suas interfaces com outros constructos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária: outra Economia acontece!** Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Brasília: MTE/SENAES, 2007.

_____. **Projeto de Lei n.º 6.606/2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/559138>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CANÇADO, Airton Cardoso. A construção da autogestão em empreendimentos solidários: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres *et al.* (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. 1. ed. Juazeiro do Norte: Editora da UFC, 2008. p. 97-116.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves; DINIZ, Oscar Costa. **Análise sobre os principais contextos de influência no tipo e desenho institucional das Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária**. Texto preliminar apresentado como relatório PIBIC/UFPB 2013/2014. 39 f. Construção de matriz de análise de políticas públicas. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

DESLANDES, Maria Sônia; ARANTES, Álisson Rabelo. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Sinapse Múltipla**, v. 6, n. 2, p. 179-183, 2017.

ECOLANCHES Espaço Solidário. **Campanha Sopão Solidário Ecolanches**, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ecolanches1/photos/pcb.1568361776671895/1568361730005233/?type=3&theater>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. **Fanpage Ecolanches**, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/ecolanches1/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Documento Síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária em 2012**. Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/2016/10/documento_sintese_v_plenaria_nacional_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. *Definindo gestão social*. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres *et al.* (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. 1. ed. Juazeiro do Norte: Editora da UFC, 2008. p. 26-37.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio *et al.* A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE**, n. 15. São Leopoldo: UNISINOS/CÁRITAS, 1999.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; MACHADO, Raphael Amorim; PEREIRA, Ana Karine. Burocracia e capacidade estatal na pesquisa brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (Orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA/ENAP, 2018. p. 85-104.

GONÇALVES, Maria Tereza; KAUCHAKJE, Samira; MOREIRA, Tomás Antônio. Modalidade de gestão social no Brasil. **InSitu**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 131-154, 2015.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO *et al.* (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-38.

LOTTA, Gabriela; VAZ, José Carlos. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. Brasília: **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 171-194, 2015.

MÉLO, Heverton Felinto Pedrosa de. *et al.* Empreendimentos econômicos solidários e suas interfaces com a valorização da mulher no trabalho associativo: o caso da Ecolanches. In: PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaína de Paula do. (Orgs.). **Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas**. 2. ed. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 111-122.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de; CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2010.

PARAÍBA. **Lei n.º 11.499, de 8 de novembro de 2019**. Institui a Política Estadual de Economia Solidária no Estado da Paraíba. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/novembro/diario-oficial-09-11-2019-1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão social: perspectivas, princípios e (de)limitações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo418.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

PITA, F. A. Formalização e economia popular solidária: o modelo de pessoa jurídica como sintoma da colonialidade do poder. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 1, 2016.

PORTAL CORREIO. Campanha busca doações para produção de sopão solidário. **Portal Correio**, Seção Notícias, João Pessoa, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/campanha-na-ufpb-busca-doacoes-para-producao-de-sopao-solidario/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: BENINI, Édi A. *et al.* (Orgs.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 17-44.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres *et al.* (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. 1. ed. Juazeiro do Norte: Editora da UFC, 2008. p. 58-86.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 143-161.

_____. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Viviane dos Santos; ANDRADE, Tânia Maria de; SOUSA, Moisés Horus Andrade de. Dificuldades e desafios nos empreendimentos econômicos solidários ambientais na cidade de João Pessoa. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 44, p. 11-22, 2019.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Ação de Extensão – Fortalecimento do Empreendimento Econômico Solidário Ecolanches**: melhoria na solução de Planejamento e Controle da Produção (PCP). João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/302>. Acesso em: 2 ago. 2020.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Discussão sobre a gestão social: conceitos e protagonistas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 19-29, 2013.

Recebido em: 31/08/2020

Aceito para publicação em: 30/11/2020